

CÂMARA DOS DEPUTADOS

MANHÃ

Aplicação: 2014

PROVA DISCURSIVA P_3

Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1** Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado no seu Caderno de Textos Definitivos da prova discursiva P_3 . Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém as propostas para a elaboração de uma dissertação e um discurso, correspondentes à prova discursiva P_3 , acompanhadas de espaços para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Não serão fornecidas folhas suplementares nem para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos para o Caderno de Textos Definitivos da prova discursiva P_3 .
- 5** Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu Caderno de Textos Definitivos e deixe o local de prova.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no Caderno de Textos Definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

PROVA DISCURSIVA P₃

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso queira, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P₃**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Tanto na dissertação quanto no discurso, o texto cuja extensão esteja aquém da extensão mínima de **100 linhas**, prevista em edital, será apenado, e qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito nas **folhas de texto definitivo** correspondentes.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso algum texto definitivo tenha de ser assinado, use apenas o nome **Consultor Legislativo**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Na dissertação, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **60,00 pontos**, dos quais até **3,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). Para o discurso, esses valores corresponderão a **40,00 pontos** e **2,00 pontos**, respectivamente. Também no discurso, do total de até **40,00 pontos** para o domínio do conteúdo, até **2,00 pontos** serão atribuídos ao quesito domínio da linguagem do discurso parlamentar.

DISSERTAÇÃO

A extensão da desigualdade real de oportunidades com que as pessoas se defrontam não pode ser prontamente deduzida da magnitude da desigualdade de rendas, pois o que podemos ou não fazer, podemos ou não realizar, não depende somente das nossas rendas, mas também da variedade de características físicas e sociais que afetam nossas vidas e fazem de nós o que somos.

Amartya Sen. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 60.

Em diversos estudos que fizemos ao longo dos últimos onze anos, nos referimos aos anos 00 como a década da queda da desigualdade de renda. Acompanhar a desigualdade brasileira até 2001 era um tanto monótono, era como se ela fosse uma constante da natureza. Depois disso, a desigualdade medida pelo índice de Gini, por exemplo, cai entre todas as sucessivas PNADs.

Marcelo Neri (coord.) et alli. **Desigualdade de renda na década**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2011, p. 9.

Pode-se dizer, em primeiro lugar, que o Brasil ainda é o Brasil. A queda do índice de Gini desde 1995 — mais concentrada no período entre 2003 e 2009 — não foi suficiente para impedir que a desigualdade se mantivesse como um dos traços mais marcantes da sociedade brasileira.

Entretanto, fica também evidente que o Brasil pode ser muito mais que o Brasil. A economia brasileira voltou a crescer e gerar empregos. Novas políticas sociais foram implantadas, o que reduziu a pobreza no país. Trata-se, de fato, da primeira vez na história brasileira que se reduz desigualdade e pobreza em um período de consolidação das instituições democráticas. Esta combinação torna o país capaz de gestar sua própria estratégia de desenvolvimento, estruturada a partir do Estado e com ampla participação da sociedade civil na formulação, execução e monitoramento das políticas econômicas, de desenvolvimento regional, agrário e urbano, além das políticas sociais básicas (saúde, educação, habitação e saneamento) e daquelas voltadas à geração de emprego e renda.

Alexandre de Freitas Barbosa (org) et alli. **O Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 139-140 (com adaptações).

Considerando os fragmentos de texto acima, que têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca da desigualdade brasileira em suas múltiplas dimensões, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ desigualdade econômica, desigualdade social e discriminação; [valor: 12,00 pontos]
- ▶ raízes da desigualdade no Brasil; [valor: 15,00 pontos]
- ▶ mecanismos de reprodução e legitimação da desigualdade; [valor: 15,00 pontos]
- ▶ papel do Estado e das políticas públicas para a redução da desigualdade e o reconhecimento da diferença. [valor: 15,00 pontos]

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 1/4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 2/4

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 3/4

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 4/4

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

Inicialmente, podemos perguntar se o movimento em direção a uma maior igualdade política é necessariamente bom. Uma suposição é a que faz referência ao juízo moral de acordo com o qual todos os seres humanos são de igual valor intrínseco, que nenhuma pessoa é intrinsecamente superior a outra em valor, e que os bens ou interesses de cada pessoa devem ser objeto de igual consideração. Permitam-me chamar isto de presunção de igualdade intrínseca.

A alternativa — que alguns seres humanos são de intrínseco maior valor que outros e que, portanto, a seus interesses deve ser dada consideração especial, acima dos de seus inferiores — me parece tão abjeta que não pode ser defendida razoavelmente em um discurso político.

Alguém realmente crê hoje em dia que quando as classes trabalhadoras, as mulheres e as minorias étnicas e raciais eram excluídas da participação política, seus interesses eram considerados adequadamente e protegidos por aqueles que tinham o privilégio de governá-los?

Pois bem, ainda que a igualdade política seja uma meta desejável, poder-se-ia perguntar se, como ocorre à maioria das metas valiosas, essa igualdade pode entrar em conflito com a realização de outros valores importantes, e se de fato pode efetivamente danificá-los. E se assim sucede, não deveria nosso justificado desejo de atingir outras metas relativizar nossa busca da igualdade política?

Robert Dahl. **É a igualdade política desejável?** In: Atilio A. Boron (Org.). **Nova hegemonia mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2004 (com adaptações).

A partir das ideias apresentadas no texto acima, redija um discurso parlamentar, posicionando-se acerca do tema a seguir.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS E QUESTÕES DE RAÇA E GÊNERO NO BRASIL

Em seu discurso, devem ser contemplados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ histórico acerca das questões de raça e gênero; [valor: 9,00 pontos]
- ▶ igualdade política e direitos fundamentais; [valor: 9,00 pontos]
- ▶ institucionalização de políticas afirmativas; [valor: 9,00 pontos]
- ▶ participação política de minorias na esfera pública. [valor: 9,00 pontos]

RASCUNHO – DISCURSO – 1/4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – DISCURSO – 2/4

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – DISCURSO – 3/4

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO – DISCURSO – 4/4

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos